

Construção da sociedade antirracista

» LÚCIA HELENA NEVES
Advogada, membro da Comissão da Igualdade Racial da OAB/DF

“O valor do ser humano está no seu senso de justiça e de retidão” — Mokiti Okada. A saída do chamado “lugar do negro” não decorreu da meritocracia para mim, mas sim, da postura intransigente de pessoas que, movidas pelo espírito de retidão, procuraram ser justas. Primogênita de sete crianças negras, influenciada pelas revolucionárias ideias de uma mãe cosmopolita — ex-proprietária de tinturaria, vendida ao casar-se com um trabalhador rural e mudar-se para o campo — fui a primeira pessoa preta a ocupar alguns espaços antes destinados a pessoas não descendentes das escravizadas no Brasil. É história de superação.

Na zona rural, começamos a trabalhar em tenra idade em casa, nas plantações, como cuidadores de animais e, não raro, como as crianças que “brincavam” com os patrões. Ainda, meus irmãos e eu somos parte de um grupo privilegiado. Nossa mãe — que havia estudado até a terceira série primária — nos alfabetizou, e, junto com nosso pai, viam no estudo a única possibilidade de negros escreverem histórias com final feliz. Ou quase.

Nossos pais são filhos de profissionais cujas trajetórias foram deliberadamente apagadas da história. Meu avô paterno era professor e agricultor e meu avô materno foi o primeiro contador do município em que nasci e realizava as escrituras contábeis dos comércios e fazendas locais. Foram invisibilizados e apagados da história oficial.

Empenhei-me para ser a melhor aluna. Leitora voraz, lia de tudo. Antes de completar 15 anos de idade, havia lido a *Bíblia* duas vezes. Lia escondido jornais, revistas e enciclopédias dos patrões. Li a coletânea *Sítio do Pica-pau Amarelo* e decepcionei-me, pois os personagens negros eram apenas bonachões e analfabetos, sem riso e sem choro pelas próprias histórias e, portanto, no máximo, coadjuvantes. E eu buscava protagonistas.

Apoiada pelo núcleo familiar, ingressei no circuito das universidades federais aprovada em vestibulares de ampla concorrência para cursos dominados pelas elites. Sempre trabalhei enquanto estudava. Com foco na linha de chegada, ora silenciava meus gritos de revolta contra os ataques racistas ora os enfrentava. Assim, meus resultados decorrem da convergência das forças da minha ancestralidade e de todos os heróis e heroínas afrodescendentes conhecidos e anônimos que não fugiram das lutas antes de mim. Fui aprovada

em sucessivos concursos públicos e mudei vidas. Mas não consegui assumir postos de poder. Fui barrada pelo limite invisível quase intransponível para pessoas pretas.

Essa barreira invisível é o racismo estrutural e estruturado para privilegiar determinados indivíduos ou grupos. Leciona o jurista Adilson Moreira que os privilégios dos grupos decorrem de ações intencionais, a discriminação direta, reprovada pela maioria das pessoas e pelos tribunais. Mas é alimentada principalmente pela discriminação indireta, não alcançada pelo aumento das legislações protetivas de pessoas ou de grupos inferiorizados, porque pessoas detentoras de poder público ou privado podem permanecer comprometidas com sistemas que adaptam práticas discriminatórias aos propósitos de manutenção de privilégios. Então, precisamos falar do racismo estrutural — o apartheid brasileiro — que naturaliza o surreal exclusão da maioria dos filhos do Brasil.

E a vida imita a arte no necessário filme *Medida provisória*. Nele, Adriana Esteves está na pele das tantas brasileiras autodeclaradas não racistas, protagonistas da discriminação indireta no cotidiano. Ela dá vida àqueles servidores públicos legalmente obrigados a dispensar tratamento igualitário aos contribuintes negros, mas que escolhem ficar sob o guarda-chuva do racismo estrutural e calam suas consciências quando votações

prejudiciais ao interesse desses indivíduos ou grupos são realizadas na calada da noite ou quando são criadas políticas públicas para atender interesses privados perpetuadores das exclusões.

Não busco anuência unânime a essas críticas. Tampouco a intenção é convencer indivíduos cujo senso de justiça e retidão é tão rudimentar que entendem seus privilégios como méritos pessoais. Dirijo-me a pessoas conscientes do papel social que lhes cabe como agentes transformadores, pois estamos em ano eleitoral e podemos escolher ser antirracistas e votar em indivíduos cujas ações incluem seres humanos. Afinal, repetir denúncias e críticas não são “mais do mesmo”, mas estratégia de enfrentamento.



Qualidade do ensino de medicina é a chave

» ELEUSES PAIVA
Médico nuclear

O tratamento simplista de problemas complexos é muito sedutor. Faz crer que, para um dado problema, existe aquela solução única, um ato singular tão eficiente e poderoso que colocará todo desarranjo em ordem, agradará a todos e pacificará quaisquer dificuldades de uma vez por todas. A realidade, claro, não é tão simples assim.

Um desses problemas é a necessidade ou a desnecessidade de abrir mais vagas e cursos de medicina no Brasil. A questão passa por fatores como o número absoluto de médicos no país. O levantamento “Demografia Médica no Brasil — 2020”, resultado de uma pesquisa feita pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), diz que o país, naquele ano, tinha 502.475 médicos. Esse total representa um aumento de 180 mil em relação a 10 anos antes. Isso é muito? A média brasileira de médicos por mil habitantes, diz o documento, era de 2,4. Em países como Áustria (5,7 por mil) e Grécia (6,1) por exemplo, a situação é mais confortável, por assim dizer. Não há que se falar, portanto, em alguma carência extrema de médicos no país.

Então, põe-se a questão da distribuição — e aí percebe-se de fato um problema. O mesmo documento aponta a forte desigualdade entre as regiões Norte e Nordeste e as demais. A concentração desigual nos grandes centros urbanos se dá por razões que vão desde a presença de infraestrutura sanitária até a oferta maior de oportunidades, com remunerações mais altas, passando por condições de trabalho e outras mais.

E há a questão da qualidade em si dos cursos. Não é grande o histórico de penalizações de instituições que não obtenham as notas mínimas do Ministério da Educação (MEC). Cursos de medicina exigem grandes investimentos em estrutura de ensino, nem sempre realizados pelas escolas e faculdades. Instituições sem capacidade de prestar a formação adequada aos alunos que chegarão ao mercado como profissionais com formação deficitária — e seria ocioso dizer que isso é um risco inaceitável para a saúde da população.

O pensamento simplista está em achar que desequilíbrios se corrigirão assim que mais vagas e cursos de medicina no país forem abertos. Mas o Brasil tem hoje, aponta o CFM, 367 escolas de medicina — e dessas, quase sete em cada 10 são privadas. Trazer mais médicos para o mercado de trabalho terá apenas duas consequências: a mais imediata será saturar ainda mais a oferta de profissionais nos grandes centros — e disso decorre a segunda: a acentuação ainda maior da disparidade na distribuição deles pelo país.

Outro item fundamental na discussão tem de ser a qualidade dos cursos hoje existentes. Os currículos das escolas de medicina precisarão se adaptar para o cenário pós-pandemia dos cuidados de saúde. A telemedicina, por exemplo, deixou de ser um serviço de pouca expressão antes da pandemia para crescer na preferência de pacientes e médicos. Pesquisa recente da Associação Paulista de Medicina (APM) e da Associação Médica Brasileira (AMB) mostrou que cerca de dois terços dos entrevistados aprovam o atendimento remoto.

E há a questão do erro médico.

Levantamento do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar da Universidade Federal de Minas Gerais (Iess-UFMG), com base em dados de 182 hospitais brasileiros coletados entre 2017 e 2018, mostram que, no país, 1,3 milhão de pessoas sofre com algum efeito colateral resultante de negligência ou imprudência no tratamento médico. Outro dado alarmante: cerca de 55 mil pessoas morrem por ano devido a erros médicos.

Ao menos, talvez isso se possa dizer de certo: se a qualidade das escolas de medicina for aferida com rigor, e o conhecimento adquirido pelos alunos for verificado periodicamente (e também com rigor), ficará cada vez mais estreito o espaço para erro causado por falta de perícia, negligência ou outra má-conduta profissional. Sempre, e infelizmente, haverá espaço para o imponderável — mas é preciso restringi-lo ao máximo.

Argumenta-se que barrar novos cursos e a ampliação de vagas tem caráter corporativista: seria uma forma de impedir que os salários sejam reduzidos pela saturação de profissionais. Isso, no entanto, é secundário: o profissional da medicina tem nas mãos a saúde do paciente. A este é devido o melhor da capacidade do médico, seja porque o cidadão tem direito ao serviço de saúde de qualidade, seja porque o Juramento de Hipócrates determina “nunca causar dano ou mal a alguém”. Primeiro deve-se garantir que o ensino médico será o melhor possível, para formar os quadros mais capacitados a lidar com a saúde. Em seguida deve vir a distribuição mais equitativa dos profissionais. Só então fará sentido pensar em aumentar o número de médicos no Brasil.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Veias abertas do Brasil

Quem tem acompanhado de perto a venda de terras para estrangeiros diz que há, nessas negociações, o perigo de aumentar o Custo Brasil, por meio da formação de verdadeiros oligopólios no setor. Para um país que insiste, a todo o custo, em ser o maior produtor de alimentos do mundo, a terra representa o maior insumo do setor agropecuário e deve, portanto, ficar à disposição das forças produtoras internas, até como reserva de áreas e garantia de preço dessas terras.

Dados de dois ou três anos atrás, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), apesar de bastante subestimados, revelavam que os estrangeiros têm mais de 4 milhões de hectares no Brasil. Há uma verdadeira confusão nos números e extensão real dessas propriedades, sendo que uma parte delas, sequer consta nos arquivos oficiais.

Estados Unidos, China, Malásia e Europa estão de olho na compra de mais terras e aguardam a modificação nas leis para adquirirem mais de 5 mil hectares no Centro-Oeste, na região Norte e no Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). O lobby desses compradores é poderoso e envolve muita pressão e dinheiro. Trata-se, como não poderia deixar de ser, de um problema de segurança e soberania nacional, tão ou mais delicado do que aquele representado pela guerrilha urbana e rural nos anos 1960 e que levaram os militares ao poder.

O agrobusiness, cujo os capitais são formados em dólar, torce para que as vendas ocorram sem tropeços e o mais rapidamente possível. Pesquisa realizada entre os brasileiros deixou claro que mais de 80% dos ouvidos, reprovam a ideia de venda de terras para estrangeiros. O povo sabe onde mora o perigo e não quer correr o risco de perder até a terra sob seus pés para os imigrantes. Mesmo o atual presidente já se posicionou contra a venda de terras: “Não podemos permitir que o Brasil seja comprado”.

Trata-se de uma discussão que está longe de ser unanimidade, podendo, inclusive criar conflitos rurais desnecessários e sangrentos, para as populações atingidas por essas medidas, o que pode incrementar também as invasões de terras por grupos de esquerda, em nome de ideologias também perigosas. O que não se pode é transformar um assunto dessa seriedade em negociações do tipo política, fechada em conchavos de gabinetes, sem a fiscalização da sociedade.

O futuro do país e da nação poderá ser comprometido se essa questão não caminhar em favor dos brasileiros, uma vez que é sabido que, num mundo superpopuloso e com escassez cada vez maior de terras agricultáveis e de recursos naturais, os alimentos valerão mais do que ouro, representando uma questão de vida ou de morte para todos.

» A frase que foi pronunciada

“Uma nação que destrói seus solos destrói a si mesma. As florestas são os pulmões da nossa terra, purificando o ar e dando nova força ao nosso povo.”

Franklin D. Roosevelt

Incentivo

» Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) recebem gratificação de titulação, por emenda apresentada pelo deputado Roosevelt Vilela ao projeto de autoria de Agaciel Maia e Rafael Prudente. “A proposição original promove uma correção na lei, que foi votada sem os percentuais relativos a cada grau de titulação.” O PL estabelece 15% para graduação ou segunda graduação; 25% para especialização; 35%, mestrado, e 40%, doutorado.

História

» Aos poucos, vai se instituindo em Brasília o turismo educacional, em que escolas visitam a capital para conhecer a história. Desta vez, são estudantes do Espírito Santo que participam do programa. Na capital, mais de 500 alunos da rede pública de ensino participaram do tour.

Campanha

» Faz muita falta uma ação educativa para os tomadores de decisão. São audaciosos, irresponsáveis e seguros de que nunca serão punidos. Desde entrar na contramão das entrequadras para não fazer a tesourinha até usar as calçadas para encurtar o caminho.

Sucesso

» Continuam um sucesso os restaurantes comunitários. Com a alimentação balanceada, suco e sobremesa, as pessoas são fidelizadas.

» História de Brasília

Noventa e dois por cento das chamadas telefônicas de ontem em Brasília foram feitas por mulheres, e a conversa mais comum era a indagação de que roupa iria vestir para ir ao baile. Tratava-se do Baile da Cidade, e a estatística foi feita através de enquete com pessoas sobre “como foi utilizado ontem seu telefone”. (Publicada em 2/3/1962)